



Universidade Federal de Uberlândia
PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação
DIRPS – Diretoria de Processos Seletivos
Av. João Naves de Ávila, 2121 – Bairro Santa Mônica – Uberlândia/MG - CEP Nº 38408-144

PROCESSO SELETIVO 2011-2

SEGUNDA FASE - PRIMEIRO DIA

SUGESTÕES DE RESPOSTAS

HISTÓRIA

PRIMEIRA QUESTÃO

O candidato deverá discorrer acerca dos princípios do neoliberalismo contrapostos ao Estado do bem-estar social. Entre estes princípios o candidato pode destacar:

- reação teórica e política contra o Estado intervencionista;
- a defesa da “natural” desigualdade social;
- o processo de privatização de empresas estatais;
- controle de déficit fiscal;
- reforma tributária;
- desorientação das atividades sindicais e flexibilização do trabalho;
- defesa da diminuição dos gastos sociais;
- transferência para a iniciativa privada de serviços até então a cargo do Estado, como a educação, o sistema previdenciário, e a saúde pública.

O candidato poderá, a partir da leitura das imagens, relacionar a flexibilização das relações de trabalho ao aumento da inflação, das taxas de juros e empobrecimento da classe trabalhadora. Mas deverá, a partir destes elementos, relacionar as ideias neoliberais às políticas implementadas a partir dos anos 1970 relativas ao posicionamento do Estado frente às políticas sociais, destacando a privatização de serviços e a desconstrução de uma ampla rede de proteção social em que o Estado atuava, especialmente os sistemas de saúde públicos que, criticados por sua falência, foram ainda mais deteriorados pela lógica economicista fundamentada pela falta de recursos financeiros e pelo não comprometimento dos governos com a saúde pública, em que, aliados a uma lógica de mercado, propõem a privatização de hospitais e serviços públicos.

SEGUNDA QUESTÃO

O candidato deverá ser capaz de identificar as diferenças nas concepções de Estado presentes em dois documentos de naturezas distintas: um – as charges – dedica-se à crítica política, enquanto o outro – a carta europeia – é um documento oficial.

As charges têm como temática a ausência do Estado nos assuntos ligados à saúde pública e à pobreza, então relacionados. Fazem, neste sentido, uma crítica ao Estado neoliberal, cujas ideias dominantes atrelam as políticas sociais a problemas como aumento de inflação,

endividamento; ressaltam o efeito desmoralizador dessas políticas sobre valores, comportamentos de indivíduos, grupos sociais e de empresas, e enfatizam os resultados considerados desastrosos, sobre as instituições democráticas, da maquinaria exigida para implementação dos programas sociais. Tais ideias, prevalentes no discurso neoliberal, são enfrentadas e criticadas nas charges, que identificam, na ausência do Estado, as razões para a crise na saúde e abandono da população de baixa renda, a mais prejudicada pelas políticas neoliberais.

A carta apresenta outra concepção de Estado. O discurso é de defesa de política pública, de ação do Estado de enfrentamento de uma questão reconhecida como problema de saúde pública. Aqui os delegados propõem a ação do Estado para garantir o combate à obesidade, incluindo ações que controlem a pressão do mercado sobre consumidores e em especial sobre crianças. Desta forma, o teor da carta aponta para os limites das ideias neoliberais e da defesa do Estado mínimo em um contexto internacional de prevalência do mercado como mecanismo de alocação de recursos, distribuição de bens, serviços e rendas.

TERCEIRA QUESTÃO

O candidato deverá ser capaz de relacionar ideias prevalentes de raça a seus respectivos contextos históricos. No Brasil, na década de 1940, prevalecia um conjunto de ideias e práticas conhecidas como eugenia, originadas no século XIX na Europa, caracterizada pela busca do que se considerava ser o “melhoramento da raça humana”. No Brasil, servia para explicar o suposto “atraso” em relação a outras culturas, cuja população era originariamente branca. Atualmente, prevalecem as ideias multiculturais de valorização da diversidade étnica.

Para os defensores das ideias eugênicas, a hereditariedade determina o futuro do indivíduo, o que significa dizer que as condições de vida de um indivíduo ou grupo social estariam definidas anteriormente, sendo determinadas pela natureza, pela genética. Alguns grupos seriam superiores e outros inferiores. O paradigma genético era o de uma sociedade homogênea, constituída por um grupo racial considerado superior – a raça branca. Para os eugenistas brasileiros, a mestiçagem era fator de degeneração, cabendo realizar a melhoria genética da população por meio do seu branqueamento.

Hoje, a comunidade científica em geral questiona e critica a eugenia, o que não significa que a mesma não tenha defensores ou que não tenha deixado resquícios no senso comum, como a persistência de práticas discriminatórias. Contudo, prevalece, atualmente, a ideia de que a diversidade é qualidade e que a variação é considerada positiva. A valorização da diversidade alcança vários segmentos da sociedade, incluindo o Estado e sua legislação com a adoção de políticas públicas de valorização da diversidade cultural e da criação de leis que criminalizam o racismo: a lei no. 7.716 de 05 de Janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou de cor, etnia, religião e procedência nacional, e a lei 9.459 de 13 de maio de 1997 que acrescentou o parágrafo 3º no artigo do Código Penal, como crime de injúria real, no caso da injúria se referir à raça, cor, etnia, religião ou origem, com pena de 3 anos de reclusão e multa.

QUARTA QUESTÃO

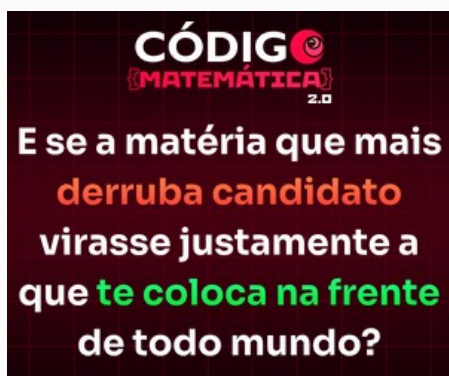
O candidato deve destacar a tentativa de institucionalização, legitimação e organização de uma corporação médica e sua busca por estabelecer o monopólio sobre as práticas de cura, uma vez que grande parte destas práticas, executadas sem habilitação, estavam relacionadas ao saber popular e, embora fossem frequentemente requisitadas pela classe médica eram tidas como um saber menor por esta categoria. O processo de legitimação dialogava também com o grupo de praticantes, curadores e sangradores, na maior parte, africanos e descendentes de africanos cujos conhecimentos sobre plantas medicinais (reconhecidas pelos médicos) estavam relacionadas também às suas crenças religiosas. Procurava-se desqualificar e

deslegitimar os terapeutas populares, pois não teriam os conhecimentos necessários para tratar da saúde das pessoas, podendo até colocar vidas em risco, mas os terapeutas populares continuaram a exercer seu ofício (como fazem ainda hoje) e a população continuou a reconhecer e a recorrer a sua competência para tratar de diversos males, mesmo com todo o processo e tentativa de estabelecer regras e de punir seus praticantes.

Cursos que Indicamos

Conheça os cursos e dê o próximo passo na sua preparação.

Clique na imagem ou no botão para acessar.



Código Matemática 2.0

Conhecer o curso



Curso Preparatório ENEM

Conhecer o curso



Curso Preparatório Redação ENEM

Conhecer o curso

